

De pais, mães e filhos: discursos e reivindicações da homoparentalidade

Fernanda Eugenio
Doutoranda PPGAS/MN/UFRJ

O objetivo desta comunicação é analisar um corpus de quatorze entrevistas¹ realizadas no Rio de Janeiro com homens e mulheres homossexuais de camadas médias, entre 30 e 55 anos, que vivem relacionamentos estáveis e com filhos com seus companheiros ou companheiras. Discursos, reivindicações e investimentos identitários diferentes caracterizam os relatos dos sujeitos cuja prole é resultante de um projeto do casal e daqueles cujo arranjo familiar é composto por filhos que figuram como uma espécie de memória viva do passado “heterossexual” de um dos cônjuges (ou dos dois). Também variam, em função dessa composição, as dinâmicas da relação conjugal e da relação dos dois pais ou das duas mães com os filhos, bem como com outros personagens externos ao núcleo familiar mínimo, como ex-parceiros, amigos, vizinhos, colegas de trabalho e famílias de origem.

Entretanto, sejam os filhos parte de um projeto ou de uma memória, em ambos os casos as apresentações de si dos sujeitos entrevistados se nutrem de um “familiarismo redescoberto” (ROUDINESCO, 2003: 9), endossando um movimento contrário àquele que tem forjado para a homossexualidade, na representação ocidental, uma imagem que a associa— ora com fascínio, ora com repugno — a uma “aura libertária” (COSTA, 2002: 47). Ditas inocentes ou viciosas, ditas “naturais” e portanto inescapáveis ou “escolhidas” e portanto deliberadamente “perversas”; de um modo ou de outro, as representações do desejo homoerótico foram construídas como contraponto a ou mesmo na negação da moral familiar burguesa. Daí seus valores, suas imagens e auto-imagens, bem como todo o emaranhado de falas dissonantes a pontuá-las; daí todo este rico e complexo conjunto ter operado (e ainda operar fortemente; Cf. por exemplo EUGENIO, 2003) como uma espécie de versão das mais radicais e limites do “desentranhamento” (Cf. DUARTE,

¹ As entrevistas se deram ao longo do ano de 2003, com cinco homens e nove mulheres que compartilham de um *ethos* intelectual e psicanalizado e avaliam suas carreiras profissionais como bem-sucedidas, os quais conheci durante o trabalho de campo que venho realizando na zona sul do Rio de Janeiro para minha tese de doutorado. O arranjo familiar da maior parte dos entrevistados (nove pessoas; três homens e seis mulheres) se caracteriza como “não-planejado”, os filhos oriundos de um casamento ou relacionamento estável heterossexual anterior àquilo que é por eles referido como “descoberta” da homossexualidade. Os sujeitos que planejaram seus filhos e família com seus parceiros do mesmo sexo recorreram à adoção (dois casos, homens), à inseminação artificial com doador

2003) dos sujeitos em relação à densa teia de atribuições e exigências de aquisições na qual a moderna família burguesa os envolve, em sua saturação de afetos, segredos e cuidados.

O gay como aquele que sabe viver, se divertir, fazer bom uso de sua liberdade, explorar sem amarras seu corpo e seu sexo (um sexo que poderia ser vivido em sua plenitude, sem a “ameaça” de filhos a espreitar), e está sempre informado e “em dia” – o gay como uma pessoa mais feliz que os “normais” e enquadrados “heteros” – é apenas um dos tipos de uma rica e complexa galeria, é claro. Tipo, entretanto, que compõe a auto-imagem sustentada como forte frente discursiva por uma parcela bastante considerável dos próprios gays, além de encontrar com cada vez mais frequência uma recepção positiva por parte das camadas médias urbanas de “perfil moderno”, orientadas por três princípios éticos – psicogenicidade, igualdade e mudança – que se refletem na “valorização da singularidade e liberdade individuais, na afirmação da homossexualidade como estilo de vida e no abandono da coabitação como regra” (HEILBORN, 1996: 139).

O interesse pelos estilos homossexuais de vida, diz Pollak (1987) e sua transformação em uma espécie de modelo, se deveria a um duplo movimento de autonomização relativa e de racionalização da sexualidade, a que uma liberalização dos costumes teria dado lugar ao desvincular interesse sexual e procriação e ao converter as práticas sexuais em alvo de cálculos racionais, estabelecendo as dinâmicas de uma contabilidade do prazer. Estes processos tiveram influência decisiva para que uma certa imagem da homossexualidade fosse tornada ícone para um estilo de vida hedonista, orientada pelo binômio prazer e liberdade².

Como fenômeno correlato, o par homossexual, unido por sua vontade apenas (já que acontece fora das esferas institucionalizadas) e financeiramente independente entre si, foi tornado representação máxima do casal igualitário, modelo ideal de relacionamento afetivo que se espalha como valor nas camadas médias urbanas (HEILBORN, 1996: 139). Uma “publicização dos estilos de vida alternativos associados à sexualidade” (*op.cit.*: 136) dá-se cada vez mais, como consequência dos movimentos desta ideologia igualitária, que incluem a contestação das diferenças de gênero como determinantes das

anônimo (dois casos, mulheres) ou à “colaboração entre amigos” (um caso, mulher). Além das entrevistas, também contribuiu para este trabalho o acompanhamento através da internet da lista de discussão “Famílias Alternativas”.

relações conjugais, a defesa do livre-exercício da sexualidade para ambos os sexos independentemente dos contornos de uma relação estável e a proliferação dos mais variados arranjos conjugais, bem como uma plena aceitação do divórcio e da “produção independente” (*op.cit.*: 139).

Dentro desta representação da homossexualidade, a decisão de inserir filhos em uma vida supostamente “livre”, de sexo “sem conseqüências”, aponta para uma reivindicação de “normalidade” que reclama para si um caminho outro que não o de pleitear respeito para um estilo de vida alternativo às instituições do casamento e da filiação, mas que deseja, ao contrário, justamente utilizar-se da adesão a este modelo hegemônico como fórmula de legitimação. Não se trata, aqui, da afirmação do “desvio” como virtude, mas da negação do desvio. A identidade reclamada por estes sujeitos que planejam suas famílias “alternativas” não é aquela “herdeira da idealização romântica do homossexual *outsider*”, cuja “refinada sensibilidade” apontaria para “a majestade de um destino reservado aos *happy few*”, imagem tão bem delineada por Proust, a tornar sublime o infame (COSTA, 2002: 47-49).

Ao contrário, a identidade afirmada por estes sujeitos exige antes o direito à igualdade que o direito à diferença – embora, apesar de seus bem articulados discursos, reivindicações de uma e de outra ordem muitas vezes se misturem³, talvez apontando para um pedido de *igualdade a despeito da diferença*. De todo modo, mais do que entre aqueles que têm de administrar urgências outras – referidas principalmente ao rearranjo da coerência em suas biografias – em torno de seus filhos-memória, os que deliberadamente planejaram seus ingressos em uma carreira familiar autônoma demonstram uma postura cuidadosamente elaborada, uma estratégia mesmo de colocar-se no mundo. A estratégia é a da “naturalidade”. O objetivo, quem sabe, uma naturalização. E o caminho, a busca de uma espécie de “hipernormalização”, que envolve um uso de discursos afirmativos acerca de cidadania e direitos, religião e

² Os mesmos processos também atuaram sobre as abordagens acadêmico-científicas do tema: os “problemas de classificação”, assim, teriam cedido lugar a uma inusitada preocupação; “como vivem essas pessoas?”.

³ É assim, por exemplo, que a despeito de afirmarem que sua legitimidade como pais não deve ser medida pela orientação sexual, foram os próprios ativistas dessa causa que criaram o termo “homoparentalidade”, usado pela primeira vez na França em 1996, pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL) (Roudinesco, 2003: 182). Como bem alerta Uziel (@: 38), “utilizar o termo ‘homoparentalidade’ é definir a família em função da orientação sexual dos pais, o que merece um cuidado semântico e metodológico”. Uma fala coerente com o discurso mais amplo utilizado por estes sujeitos, que pleiteia o direito a uma “normalidade outra”, seria justamente questionar o porquê de não se ouvir falar em “heteroparentalidade”.

psicologia para compor uma fala destinada a buscar legitimidade para o exercício conciliado da identidade homossexual com o papel de pai ou mãe. O que se busca, portanto, é preencher a lacuna de “modelos identificatórios que possam compatibilizar essas inclinações [homoeróticas] com o ideal da ética sexual conjugal” (COSTA, 2002: 82). Para viabilizar isso, é elaborada toda uma crítica a comportamentos estereotipados⁴ – sintetizados na expressão “dar na pinta” – que possam identificar os sujeitos com um modelo hierárquico de relação conjugal, considerado ultrapassado e incompatível com suas reivindicações. Uma espécie de “endopreconceito” é, assim, desenhada, aparecendo como contraponto da justa medida que caracterizaria a apresentação de si considerada adequada, despida de trejeitos, extravagâncias, trocas públicas de afeto e tudo o mais que possa ferir o delicado equilíbrio de uma “naturalidade”, como todas, fabricada.

“Nunca sofri preconceito, porque sempre lidei com muita naturalidade. O maior preconceito que os gays sofrem é o auto-preconceito. Se aceitar é o mais difícil. Se eu estou bem resolvida com isso, tenho minha companheira, somos uma família, temos nosso filho, se alguém tiver problema com isso, o problema é da pessoa, não meu. É a mesma coisa que quando alguém me diz ‘você é feia’. Se eu me acho feia, o problema é meu. Senão, não vou me incomodar. Então não vou me incomodar se alguém achar que não sou normal. Porque eu sei que sou. Eu e a K. noivamos, casamos, eu engravidei do A. [inseminação artificial]. Uso aliança, no meu casamento teve daminha, buquê, como um casamento tradicional. Além disso, trabalho, pago minhas contas, sou como qualquer pessoa. Você desarma as pessoas quando trata as coisas com naturalidade. Se alguém me perguntar, eu respondo. Quem vai ter coragem de encarar?” (P., 36 anos, casada há seis anos, tem um filho de 2 por inseminação artificial; a parceira planeja engravidar no final deste ano do mesmo doador, para criar laços de sangue entre as crianças.)

“A pessoa só sofre preconceito se acha que tem o direito de fazer tudo. Tem regras da sociedade que você tem que se adequar. Veja bem, não estou dizendo pra ficar no armário. Não escondo de ninguém minha orientação, mas também não preciso ser afrescalhado, certo? Até por causa das crianças. Já é coisa demais pra cabeça deles: ‘fui adotado’, ‘sou negro e meus pais são brancos’, a rejeição dos pais biológicos... ainda por cima ficar com vergonha porque o pai dá recibo, é afrescalhado? Não pode. Nós nunca sofremos preconceito porque é tão verdadeiro o nosso amor e a nossa proposta de encaminhá-los pra vida, de educar, de ensinar a respeitar os outros, a não usar drogas, a ser honesto, a trabalhar, que não há espaço pra preconceito. Pelo contrário, as freiras do colégio deles vivem dizendo que somos exemplo, que estamos muito mais presentes na educação dos nossos filhos que muito casal hetero por aí”. (W., 55 anos, casado há 17

⁴ E também, por vezes, uma recusa a continuar freqüentando o circuito de lazer GLS, enfrentando para tal a reprovação dos amigos também gays que se mantêm sem filhos e seguem seus projetos de “individualização radical”. Estes argumentam, como uma de minhas informantes, de 34 anos, que “essa gente que fica querendo casar e ter filhos se acha o cúmulo do moderno e na verdade é cúmulo da caretece, ficam querendo incorporar o modelo hetero, um modelo que às vezes nem os heteros querem mais”. A resposta oferecida a este tipo de argumento pode ser sintetizada pela ironia de W., 55 anos, casado há dezessete anos e pai adotivo de três filhos: “Esse negócio de meio gay sempre me incomodou. Pra mim, essa coisa de gueto é que gera preconceito. Às vezes me perguntam ‘você freqüenta o mundo gay?’, ao que eu respondo, ‘não, eu freqüento o mundo Terra’. Afinal, a gente só vai ser considerado normal quando se considerar também”.

anos, tem 3 filhos adotivos, um de 25 anos – do primeiro casamento – e dois de 13, que “foram criados como gêmeos”. O filho mais velho é casado e já lhe deu um neto, de 1 ano)

Somente estes dois pequenos trechos já dão uma dimensão da complexidade dos discursos acionados na busca pela inserção entre os “normais”. A individualização radical que converte uma certa homossexualidade em caso limite de desentranhamento é aqui preterida, cedendo lugar a uma adesão deliberada aos valores hegemônicos de família e a uma moralidade que evoca as cerimônias oficiais de casamento como sinal de ajustamento e, muito marcadamente, o trabalho como prova de dignidade e decência. O tão afirmado “pago minhas contas” remete, aliás, para mais um importante valor tido como pré-requisito essencial para impor e sustentar essa “normalidade diferente”: a independência, notadamente financeira. Um investimento na construção de uma carreira profissional bem-sucedida é considerado fundamental no mosaico que compõe o que estes sujeitos consideram uma biografia de sucesso. A conquista da estabilidade financeira é o que permitiria “bancar uma escolha dessas e não ficar precisando pedir por favor, me aceitem”, e isto é particularmente marcado na fala das mulheres que decidiram deixar seus maridos para viver com outra mulher. Praticamente todas as entrevistadas nesta situação disseram ter demorado para definir seu relacionamento com as novas parceiras porque, primeiro, precisavam reconquistar a independência financeira em relação aos ex-maridos.

Mas, para além de poder “bancar” a publicização de seus projeto de família, “calando a boca” dos vizinhos, da família de origem e dos colegas de trabalho com uma vida em tudo pensada para enquadrar-se no que a moral dominante define como dignidade – vida financeira e conjugal estável, trabalho regular e bem-sucedido, filhos educados para não se “perderem” nas drogas e na promiscuidade etc – estes sujeitos têm de lidar ainda com os grandes discursos acionados nos campos da religião, do direito e dos saberes médicos e *psis* para condenar ou aprovar seus empreendimentos. É uma questão para quase todos os meus entrevistados ensinar ou não aos filhos (e como fazê-lo) a acreditar em um deus que condena, com maior ou menor veemência dependendo da religião, o que papai e papai ou mamãe e mamãe fazem entre os lençóis. Também precisam elaborar respostas e estratégias de escape aos argumentos psicologizados de que faltará ao filho a figura paterna ou materna, ou de que este

crescerá em um ambiente degradante que poderia “contaminá-lo”. No que tange às questões jurídicas, é preciso contornar o não-reconhecimento legal da união conjugal entre pessoas do mesmo sexo, com todas as conseqüências que isto pode gerar para a divisão dos bens, para a guarda compartilhada dos filhos ou simplesmente para ter um título conjunto de um plano de saúde ou do clube do bairro.

“Eu não quero ser hetero nem me encaixar num modelo hetero. Eu quero ser eu mesmo! Se eu achar que casamento legal é entre três pessoas, é assim que vai ser! E aí eu vou chamar de... trinico!!! É isso aí! Um novo nome para uma coisa que não existe! E se eu quiser viver com meu namorado o resto da minha vida, quiser dividir meus bens com ele, quiser que ele fique bem quando eu morrer, eu vou me organizar para fazer isto, não vou ficar esperando a ‘autorização’ da minha família, do INSS, de lei nenhuma pra isto!!! Não mesmo! E com vai chamar isso? Entre dois homens a gente chama de ‘rumbol’! E entre duas moças de ‘belint’! O que você acha? Acabei de inventar. Dois novos nomes! E não deixemos ninguém dar um outro nome para uma coisa que nós sabemos o que é e que já tem nome: felicidade. Mas, por sugestão do cardeal...eu vou vencer esta minha fraqueza da carne, conter meus impulsos, e ignorar esta minha inclinação... afinal de contas, se contenho meu impulso de não sair metralhando pessoas na rua, posso me conter de olhar para uns rapazinhos... Ah, fala sério! Só me faltava essa!” (E., 40 anos, adotou uma menina de sete anos e namora F. há três.)

Elisabeth Roudinesco (2003: 8) questiona os motivos para o que ela considera uma mudança de postura nas reivindicações homossexuais: há trinta anos, os discursos pleiteavam um direito à diferença e “a singularidade de um destino, mesmo o da anormalidade, lhes parecia preferível ao mergulho na monotonia.”

“(...) a família era então contestada, rejeitada, declarada funesta ao desabrochar do desejo e da liberdade sexual. Assimilada a uma instância colonizadora, ela parecia carregar todos os vícios de uma opressão patriarcal, que proibia às mulheres o gozo de seus corpos, às crianças o gozo de um auto-erotismo sem entraves, e aos marginais o direito de desenvolver suas fantasias e suas práticas perversas”. (*idem*)

O “orgulho de existir para uma outra família, a da cultura gay” (*op.cit.*: 196), que orienta o estar no mundo dos que elegeram para si a auto-imagem, que Balzac ajudou a formular, do anticonvencionalismo sexual associado à rebeldia moral (COSTA, 2002: 46), é aqui substituído pelo desejo de aderir justamente ao universo sócio-sentimental burguês que estes românticos auto-proclamados “autênticos” acreditam superar. Toda uma gramática da intensidade é substituída aqui pelo valor hegemônico da extensão (Cf. VARGAS, 1998 e também DUARTE, 1999). A exploração radical de uma sensibilidade intensa é preterida em nome do planejamento de uma vida estável e feliz a longo prazo, em uma possível gestão de um medo que ronda os discursos que envolvem o

pertencimento ao “mundo gay”: o medo da solidão na velhice, como resultado de uma vida de intensidades, na qual não se privilegiou a construção de laços sólidos.

“Sei que não vou ficar velho e sozinho, porque tenho meus filhos e porque meu companheiro valoriza a família, como eu. Aliás, a nossa relação é muito forte justamente por causa disso.” (W., 55 anos)

“Eu não tenho esse medo que todo gay tem, de terminar a vida sozinha, porque tenho meus filhos pra cuidar de mim na velhice”. (F., 41 anos)

Mas, por este “desejo de normatividade” ter escolhido – de modo nada gratuito – justamente a família como maneira de inserção, eis porque pareceu e ainda parece a muitos “a pior das feridas infligidas à ordem simbólica” (ROUDINESCO, 2003: 181). Se a própria idéia de que a inserção reivindicada deve eleger como caminho privilegiado a constituição de uma família é em si mesma imensamente significativa, também imensamente significativo é o fato de que esta família só é considerada completa com a chegada do planejado filho⁵, embora muitos casais coloquem sob esta mesma rubrica seus cães e gatos, em um recurso nada banal. Assim, entende-se porque L., de 32 anos, que “tinha tudo arranjado” para fazer sua inseminação artificial, desistiu porque o casamento com a então companheira terminou, duas semanas antes do procedimento que viabilizaria seu sonho de engravidar: “Não queria só um filho, queria uma família. Minha idéia não era uma produção independente, mas uma família feliz, com tudo bonitinho, igual a uma família normal, só que com duas mães”. Quando conheceu sua atual companheira, que compartilhava com ela o mesmo projeto “família e filhos”, recomeçou o processo de escolha de um doador:

“Eu já tinha tudo certo pra comprar o sêmen antes, só que a C. não quis o doador antigo, disse que aquele sêmen era para um filho que não era dela, porque era o filho que eu tinha planejado com a outra. Foi assim que a gente levou um ano escolhendo tudo de novo”.

Seja pela via da inseminação artificial ou da adoção, o “escândalo” maior da parentalidade homossexual planejada, segundo Roudinesco (2003: 183), reside no que ela chama de “recusa em se curvar às regras da procriação natural”, regras nas quais a família “heteroparental” funda sua justificativa mais ampla, que assume um colorido de obviedade. Entretanto, para os sujeitos entrevistados, ser pai ou mãe através destes

⁵ Em consonância com os valores da moderna família burguesa, que tem a criança como protagonista e alvo maior de cuidados e de afetos, construindo em torno do monitoramento de seu bem estar e sadio desenvolvimento toda sua lógica de trocas restritas, e em nome dela entrincheirando-se na privacidade do lar (Cf. ARIÉS, 1978).

recursos que prescindem de um parceiro do outro sexo é descrito meramente como uma maneira de fazer coincidir dois imperativos de suas vidas, ambos ditos inevitáveis: o desejo homoerótico e o de ter filhos. “Eu queria ter filho desde os doze anos, quando eu nem me masturbava ainda”, argumenta W., de 55 anos, afirmando o desejo de ser pai como anterior à “descoberta” de sua homossexualidade. Na mesma direção, diz L., de 32: “Quando eu descobri que era lésbica, a única coisa que me assustou foi que eu pensei que não ia poder ter filho, que era uma coisa que era certa pra mim; eu tinha certeza que precisava ser mãe”.

Neste sentido, há uma certa aproximação estrutural possível da situação daqueles que já eram pais ou mães quando a “descoberta” da homossexualidade chegou. Nos dois casos – o do filho-projeto e o do filho-memória –, um imperativo governa as ações, e as circunstâncias têm de ser adaptadas ao *ato de verdade do sujeito*. Nos dois casos, todos os demais – amigos, familiares etc – consideram este ato “uma loucura”. E., de 40 anos, conta, brincando, que “quando fui adotar minha filha, 50% das pessoas achavam que eu era louco, e os outros 50% tinham certeza”. Similarmente, quando V., de 33 anos, descobriu-se apaixonada pela mãe de uma amiga de sua filha de 11 anos, “todo mundo, minha mãe, o J. (ex-marido), todo mundo não acreditou que eu realmente seria capaz de viver aquela loucura, me entregar mesmo para aquela paixão”.

Nos dois casos, ainda, o sujeito se depara com um momento de “estréia” em sua biografia, ou como pai/mãe ou como gay. E precisa administrar os eventos para reaver a coerência de sua história. Assim, há algo nestas “decisões” – a de, sendo gay, decidir ser pai/mãe; ou a de, sendo pai/mãe, decidir viver um relacionamento homossexual – que nos desautoriza a chamá-las decisões: para os sujeitos, tais viradas em suas vidas são descritas como inevitáveis, tamanha a urgência com que se precipitam sobre coerências já montadas.

Quando os filhos são parte de um projeto de “hipernormalização”, a quebra de coerências envolvidas se refere ao abandono pelo sujeito do estereótipo de homossexual *outsider*. Mas esta é uma quebra planejada, e os sujeitos costumam ter argumentos bem articulados para revidar as críticas dos amigos gays que prosseguem em suas carreiras de individualização radical. A situação é diferente quando os filhos já fazem parte da vida do sujeito no momento em que este faz sua “descoberta”. Neste caso, os filhos são

memórias vivas de um projeto anterior metamorfoseado, que precisa ser gerido e ajustado, em nome da coerência biográfica do sujeito (Cf. BOURDIEU, 1986). As questões de como e quando contar a eles sobre a nova configuração afetiva da vida de seus pais, bem como as dúvidas acerca de se deve ou não demonstrar afeto pelo cônjuge (e em que medida fazê-lo) em sua presença são revestidas, talvez, de uma carga dramática maior. E isto porque é preciso respeitar minimamente a coerência anterior, a fim de não romper a já fragilizada continuidade de uma trajetória na qual a “interferência” chegou quando muitas amarras já haviam se estabelecido.

Ademais, é preciso gerenciar a relação com uma terceira pessoa (o ex-marido ou ex-mulher), o que envolve questões legais de guarda das crianças ou de visitação, além da constante ameaça de que este sujeito sinta-se preterido ou trocado e resolva “jogar merda no ventilador”.⁶ Muitos são os relatos de sujeitos cujos ex-parceiros encarregaram-se de “espalhar a novidade” no círculo familiar e de amizade, provocando dolorosos constrangimentos. Brigas na justiça para reaver o direito de visitar o filho ou de que este passe dias com o pai não são incomuns quando é o homem que abandona o casamento para viver com outro homem. A ex-mulher de S., de 37 anos, por exemplo, proibiu-o durante quase um ano de ver o filho dos dois, de oito anos: “Só há dois meses consegui ver meu filho de novo. Foi a maneira dela se vingar de mim, mas ser gay não me impede de ser bom pai e a justiça reconheceu isso”. Situação semelhante aconteceu com N., de 46 anos: a ex-mulher ficou com a guarda de suas duas filhas e, segundo ele, “fez o que pôde e o que não pôde para as meninas me detestarem”. Já a ex-mulher de D., de 37 anos, proibiu o filho de dormir na casa do pai, alegando temer que o menino pudesse ser molestado. Este é um problema que afeta menos as mulheres, que via de regra costumam ficar com a guarda dos filhos, a despeito das constantes ameaças dos ex-maridos.

É interessante notar que muitos de meus informantes que já eram gays quando decidiram ter filhos disseram ter escolhido o caminho da adoção ou da inseminação artificial com doador anônimo para viabilizar o projeto justamente para evitar a interferência sempre presente de uma terceira pessoa, rejeitando a possibilidade de um

⁶ Acrescente-se a isso uma demanda, também ela de coerência, que vem da nova rede social gay – que, caracteristicamente, não abre espaço para alegações de bissexualidade, já que esta colocaria em risco a adesão ao grupo, a uma “identidade homossexual”.

acordo entre amigos que permitiria o acesso aos fluidos necessários para providenciar uma gravidez. P., de 36 anos, conta:

“O que a gente queria era ter uma família o mais próximo possível do normal. E o normal são dois pais e não três. Achamos que o melhor pra criança seria ter duas pessoas que se amam como mães e não mais um terceiro pra complicar a história. Eu até tinha um amigo meu que a gente tinha combinado de ter filho junto, e tal. Só que aí seria mais um pra dar palpite, pra dizer como achava que tinha que ser a educação dele etc. Então a gente decidiu tratar a questão como se nós fôssemos um casal em que o marido é estéril, e partimos pra inseminação”.

Somente obtive um relato em que o planejado filho de duas mães foi fruto da colaboração de um vizinho e grande amigo de ambas, também gay, que doou seu sêmen para que uma parceira inseminasse a outra. C., de 30 anos, que no momento da entrevista ainda amamentava seu bebê, diz “já estar um pouco arrependida”, porque não imaginava tamanha interferência da família do rapaz na vida do pequeno:

“Não queria tanta gente achando coisas sobre o meu filho. No meu acordo com o L., eu contaria que ele foi o pai, mas quem realmente ia criar a criança seríamos nós duas. Mas é claro que não vai ser assim. Já tô vendo tudo”.

A relação entre os cônjuges, e destes com os filhos, também é bastante diferente em função do arranjo familiar ter sido ou não planejado. Quando o filho é um projeto do casal, os dois cônjuges consideram-se pais da criança, mesmo que esta só possa ser registrada em nome de um deles, ou que apenas uma das mães possa gerá-la. Quando, entretanto, os filhos são de um relacionamento anterior, o novo parceiro ou parceira do pai ou da mãe é quase sempre identificado inicialmente – e muitas vezes por longo tempo –, apenas como um amigo ou amiga, subitamente tornado muito próximo.

O tema do assumir para os filhos adquire uma colorido mais denso quando estes são filhos-memória. A opção do silêncio não é considerada possível a longo prazo, e M., de 45 anos, que há doze anos convive com o segredo, sofre com ele e considera-se uma exceção:

“Na época que a minha companheira veio viver comigo, meus filhos eram pequenos demais, e ela achou melhor não contar. Disse que se desse errado eu a culparia. Eu fui empurrando com a barriga, hoje nem estou com ela mais e não consigo contar. Meu conflito hoje nem é tanto assumir que sou lésbica, mas assumir que menti por tantos anos, mesmo tendo ensinado sempre a eles a serem verdadeiros e honestos. Prolonguei isso por tempo demais, e agora não sei o que fazer. Mas acho que eu não sou a regra, sabe? As pessoas não demoram tanto como eu assim... elas esperam os filhos estarem grandinhos e conseguem entender. Só que eu fui usando essa desculpa e agora eles são quase adultos”.

Com efeito, na fala de todos os meus entrevistados, a revelação para os filhos é dita necessária. Ela poderá vir através de uma franca conversa ou de pequenas e seguidas dicas que levem o filho a perceber por si mesmo. Entretanto, a primeira opção é considerada melhor ou mesmo a única realmente recomendável pela maior parte dos entrevistados, como era de se esperar em sujeitos psicologizados, afetados pelo dispositivo da vontade de saber (Cf. FOUCAULT, 2001). O momento desta conversa pode ser adiado, mas terá de acontecer. E o prazo de validade do segredo é medido pela idade da criança. Geralmente, a idade dita adequada é localizada entre os seis e os oito anos, quando acredita-se que a criança já será capaz de compreender a informação. E, ademais, esta faixa etária coincide com os primeiros anos escolares, momento em que a criança deixa o espaço reservado da casa e amplia seu círculo de contatos, e teme-se que ela possa vir a saber por terceiros ou ser pressionada pelos amiguinhos com piadas a respeito da conduta dos pais.

“Tenho pensado muito em como fazer meu ‘outing’ pra minha filha, ela está com sete anos e quero que ela saiba, que ela entenda, antes que algum amiguinho da escola diga: ‘seu pai é bicha!’, e ela chegue em casa me perguntando se é verdade... Tenho agido nesta questão do mesmo modo que com a adoção, tentando agir naturalmente. O F., a quem eu amo e realmente quero construir um relacionamento duradouro, está cada vez mais presente na minha casa, e ela já conta com a presença dele nos eventos familiares... Eu levei ela na parada do orgulho, ela conhece amigos meus e seus namorados, mas não me perguntou se são namorados, porque na minha família todos se beijam o tempo todo... Também freqüentamos a casa de outros homossexuais, mas ninguém tem filhos, o que complica eventuais comparações... Acho que este momento está cada vez mais próximo, quero que ela saiba por mim e não através de um acidente de percurso, não quero que seja uma revelação, mas apenas uma explicação de uma coisa que ela já sabe.” (E., 40 anos)

Quando os filhos advêm de uma vida heterossexual deixada para trás, a delicadeza desta revelação é considerada maior, como já foi dito, pois além de envolver a reorganização da coerência de um discurso biográfico e haver uma forte insegurança acerca de uma possível reação de rejeição dos filhos, questões legais sobre direitos de guarda e visita estão implicadas. Para completar o quadro, em muitos casos há a dificuldade adicional de explicar à criança que a revelação é um segredo, e ela não poderá contar para qualquer pessoa.

“A minha preocupação é porque oficialmente ela (a filha) não sabe que a relação eu que tenho com a C. é amorosa, chama ela de tia e identifica ela como amiga da mamãe. Temos um agravante, que é que o pai dela oficialmente só tem a informação que a C. é uma amiga próxima que passa muito tempo aqui em casa, e já andou me pressionando sobre novos namorados, até perguntando pra minha filha sobre isso. Eu não sei como colocar a nossa relação para ela e como explicar

que eu não gostaria que ela conversasse sobre isso com o pai. Esses são alguns dos meus conflitos, principalmente porque ela já está na idade (oito anos) de saber.” (B. 34 anos)

Com efeito, diferentemente das famílias planejadas, cuja estratégia de normalização inclui a publicização, estes arranjos familiares não-planejados raramente se tornam públicos de imediato por iniciativa dos sujeitos envolvidos. O tempo de contar para os filhos, assim, é medido não apenas pela suposta maturidade deles; é também o tempo que o pai ou mãe que rompeu com seus vínculos identitários anteriores leva para processar o evento. Com muita frequência, no caso das famílias não-planejadas dos sujeitos que entrevistei, a publicização ocorre somente no âmbito familiar mais próximo, incluindo no máximo alguns amigos. A identidade apresentada para os colegas de trabalho ou na escola do filho é apenas a de um sujeito separado do cônjuge.

“No meu trabalho e na escola das crianças, o que todo mundo sabe é só que eu me separei do F.. Não tem porque contar mais do que isso. Minha mãe sabe e já se conformou, não foi fácil no início, mas ela aceitou. De resto, meu círculo de amigos também, todo mundo sabe. Na verdade, pensando bem, ter filhos é meio que um ‘álibi’... quem vai desconfiar que eu sou gay, uma mulher mãe de três crianças?” (T., 36 anos)

Assim, se “sair do armário requer planejamento”, como me foi dito mais de uma vez, este planejamento é mais elaborado no caso dos sujeitos para quem os filhos são parte de um projeto de “hipernormalização”. Com frequência, aí, os pais têm um discurso já articulado, e a criança cresce sabendo que tem dois pais ou duas mães. Uma de minhas entrevistadas, por exemplo, preparou uma pasta para o filho com recortes de jornais e revistas e todos os dados sobre o doador de sêmen que viabilizou seu sonho de ser mãe, e pretende entregar tudo ao filho, hoje com dois anos, “quando ele for mais crescidinho”. Além disso, nestes casos com frequência a orientação sexual dos pais não é segredo na escola dos filhos, nem nos círculos familiar e de trabalho. Uma outra entrevistada, por exemplo, fez questão de deixar claro para a direção da escola, ao matricular o filho, que este tinha duas mães, e desde então as duas freqüentam juntas todos os eventos da agenda escolar do menino de quatro anos. Evidentemente, se todo esse movimento de “agir com naturalidade” dilui um pouco a questão do “contar”, não quer dizer que não esteja envolvido todo um trabalho de si aí, tanto para os pais ou mães quanto para a criança.

Independentemente, porém, de se os filhos são parte de uma memória ou de um projeto, é fundamental na elaboração de um discurso de pai/mãe a questão de provar-se

capaz de criá-los sem “contaminá-los”, ou melhor, de provar que não existe o risco de uma tal “contaminação”. E é interessante notar como, neste contexto, a associação entre homossexualidade e genética, que com frequência é evocada para justificar a orientação sexual homoerótica, naturalizando-a – o argumento é simples e me foi repetido inúmeras vezes: “se eu pudesse escolher, iria querer ser minoria, ser estigmatizado?” – é aqui descartada veementemente. Os argumentos, neste ponto, apontam na direção inversa: “Há estatísticas que provam que não existe uma incidência maior de filhos gays de pais gays, mas sim de pais heteros”, ou “Todos os filhos de gays que eu conheço são heteros”. A mensagem subliminar é uma espécie de apelo: “Sociedade, tranquilize-se. Deixe-nos ter nossas famílias, porque não vamos criar outros como nós. Pelo contrário, vamos criá-los exatamente como vocês fariam, talvez até melhor” – e o “melhor” é aqui associado a outro argumento, também bastante recorrente, o de que serão crianças que crescerão aprendendo a respeitar a diferença.

Neste forjar de uma legitimidade para a função paterna/materna está implicado, ainda, um outro tema também muito debatido entre meus informantes, o da demonstração do afeto entre os parceiros na frente das crianças. A mãe e a “pãe” (ou o pai e o “painho”) podem dar beijo na boca, ou apenas afagar os cabelos e se abraçar? A maioria das pessoas com quem conversei fica com a segunda opção. Beijo na boca é demais. Aliás, a questão é similar no que se refere aos demais familiares: os pais sabem, ou porque lhes foi contado ou porque “não são burros”, mas nem por isso a demonstração explícita de afeto na presença deles é considerada autorizada.

Referências

- ARIÉS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1978;
- BOURDIEU, P. “L’illusion biographique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, juin 1986;
- COSTA, J.F. *A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002;

DUARTE, L. F. D. “A sexualidade nas Ciências Sociais: leitura crítica das convenções”. Seminário Sexualidades e Saberes: convenções e fronteiras. Unicamp, Campinas, junho de 2003;

_____. “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna”. In: Heilborn, M. L. (org.) *Sexualidade. O olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999;

EUGENIO, F. *Entre fenômenos e fluxos. Estética, amor e amizade nos universos gay e moderninho da zona sul carioca. (paper)* Seminário Culturas Jovens e Novas Sensibilidades, UCAM, Rio de Janeiro, agosto de 2003;

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001;

HEILBORN, M. L. “Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social”. In: Parker, R. e Barbosa, R.M. e (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996;

POLLAK, M. “Homossexualidade masculina ou: a felicidade no gueto?”. In: Ariès, P. e Bejin, A. (orgs.) *Sexualidades Ocidentais. contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

UZIEL, A. P. “Conjugalidade, parentalidade e homossexualidade”. In: *Saúde, Sexo e Educação*, pp. 37-41;

VARGAS, E. “Os corpos intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais”. In: Duarte, L.F.D. e Leal, O. F., *Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998;